

A GESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: SUJEITOS, DISPUTAS E EVIDÊNCIAS

Janete Palú¹

Universidade Federal do Paraná – Brasil, janete.palu@ufpr.br

Joélma de Souza Arbighaus - UFPR

Universidade Federal do Paraná – Brasil, joelma.arbighaus@ufpr.br

No Brasil, investigações científicas têm apontado para o avanço da privatização da educação pública em suas diferentes etapas e modalidades. Esses processos foram, inicialmente, identificados nas redes municipais e se expandiram, de modo a alcançar, também, as redes estaduais, abrangendo as dimensões da oferta, do currículo e da gestão da educação pública, com possíveis implicações para a gestão democrática (GD) e para o direito à educação (PERONI, 2018; ADRIÃO, 2018; 2022). No presente texto, pretendemos contribuir com as discussões sobre a privatização da gestão educacional (GE). Observamos que os sujeitos que estiveram à frente do Ministério da Educação (MEC) e das Secretarias Estaduais de Educação (SEEs) influenciaram o direcionamento das agendas, políticas e da GE.

Diante do exposto, pretendemos apresentar alguns elementos que possam lançar luz aos seguintes questionamentos: Quem foram ministros de educação e os/as secretários/as estaduais de educação no Brasil no período de 2019 a 2022? Qual a origem e o perfil desses sujeitos? Há algum envolvimento desses sujeitos com o setor privado? Em que medida interesses privados são materializados na agenda e nas políticas educacionais recentes? Visando elucidar essas questões, recorreremos à pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e à análise documental. Realizamos um levantamento sobre os sujeitos que ocuparam a GE no âmbito do MEC e das SEEs em sites oficiais das respectivas entidades². Os documentos foram submetidos às técnicas da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

Nos anos 1980 e 1990, a legislação brasileira reconheceu o direito à educação e a GD como princípio orientador do ensino público (BRASIL, 1988; 1996). Nesse contexto,

¹ Bolsista do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), Santa Catarina- Brasil.

² O presente texto representa um recorte de um levantamento mais amplo sobre a temática, realizado em 2021 e 2022 (PALÚ, ARBIGAUS, 2022), mas que ainda está em andamento e foi atualizado frente às mudanças evidenciadas no MEC e SEEs de janeiro a novembro de 2022.

em âmbito mundial, iniciaram-se processos de reformas neoliberais do Estado e de suas instituições. A partir de então, modificações na legislação permitiram que o setor privado adentrasse e expandisse sua atuação na esfera pública. Nesse prisma, a privatização ultrapassa o sentido restrito do termo podendo ser entendida como a subordinação, direta e indireta, da educação básica aos interesses do setor privado (ADRIÃO, 2018; 2020) e dos múltiplos atores que o compõem.

No que diz respeito à GE, observa-se que a privatização tem se materializado de diferentes e complexas formas associadas, em especial, à privatização *lato sensu* (LIMA, 2018). Ademais, grupos privados passaram a perceber a importância de estabelecerem conexões com os sujeitos que estão à frente do MEC e das SEEs, como estratégia para que seus interesses possam ser assegurados, o que aponta para possíveis processos de privatização da política (BALL, YOUDELL, 2007). Portanto, analisar os sujeitos que ocuparam os cargos de gestores(as) educacionais pode auxiliar a entender a disseminação de determinadas agendas e suas materializações em políticas.

Em relação ao MEC, constatamos que esse espaço esteve em disputa durante o governo Bolsonaro (2019-2022). Nesse sentido, foram quatro os ministros da educação nesse período, como pode ser observado no quadro a seguir.

QUADRO 1: Ministros da Educação (2019-2022)

MINISTRO/GESTÃO	PERFIL E CONEXÕES
Ricardo Vélez Rodríguez 01/01/20019 - 09/04/2019	Teólogo, membro da Academia de Letras Londrina.
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub 09/4/2019 - 16/06/2020	Economista, atuou como executivo do mercado financeiro, foi CEO da Votorantim Corretora no Brasil e da Votorantim Securities nos Estados Unidos e na Inglaterra, dentre outras atuações na área econômica.
Milton Ribeiro 16/07/2020 - 28/03/2022	Teólogo, ligado à Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Victor Godoy Veiga 18/04/2022 - até o momento	Engenheiro de Rede de Comunicação de Dados, servidor público da carreira de Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União.

Fonte: As autoras a partir das informações do MEC (2022b).

Ressaltamos que o perfil dos ministros ratifica a existência das disputas já anunciadas, as quais envolveram dois grupos principais: os neoconservadores e os

neoliberais – representados pelo empresariado. Setores, esses, que compõem a nova direita no Brasil (ROCHA, 2021). No âmbito do MEC, sobressaíram-se as políticas de cunho neoconservador, tais como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). A alternância dos sujeitos que comandaram a GE também se faz presente no âmbito das SEEs. No quadro a seguir, apresentamos algumas informações sobre o perfil dos(as) secretários(as) e possíveis conexões desses sujeitos com o setor privado.

QUADRO 2: Os (as)secretários(as) (2019-2022)

Sexo		Formação		Alternância no cargo		Entidades com as quais têm conexões
Feminino	Masculino	Educação	Outra área	Mudanças	Permanências	
12	15	16	11	19	8	- Movimento Todos pela educação (MTE) - Instituto Ayrton Senna - Fundação Lemann - Sistema S - UNICEF - Redes privadas de ensino

Fonte: As autoras (2022). Banco de dados da pesquisa.

É salutar destacar que, mais de 70% dos estados brasileiros tiveram mais de um(a) secretário(a) no cargo, o que evidencia as disputas na GE. Na análise dos perfis desses sujeitos, um caso emblemático é o de Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, que já foi secretária do estado de Goiás e, em 2021 assumiu a SEE do Rio Grande do Sul. Ressaltamos que a secretária é uma das fundadoras do MTE. Com relação à implementação de políticas privatizantes, o secretário de educação do Paraná merece atenção. Empresário da área de tecnologia, Renato Feder tem estimulado parcerias com o setor privado e, recentemente, lançou um edital para a contratação de serviço educacional privado para a gestão de 27 escolas estaduais, evidenciando a materialização de políticas alinhadas aos interesses desse sujeito na GE que são reverberadas para a gestão escolar.

Concluimos que, identificar os sujeitos que estiveram à frente do MEC e das SEEs no período de 2019 a 2022 permitiu evidenciar que, além da questão político partidária, há indícios da interferência do empresariado – ligados aos neoliberais – e, no Brasil recente, do setor neoconservador, na indicação dos ministros e secretários(as) estaduais de educação. Esses interesses são materializados em políticas e apontam para a privatização da política educacional (BALL, YOUDELL, 2007). Muitas vezes, esses

sujeitos transitam entre o setor público e o setor privado, atuando como *boundary spanners* (WILLIAMS 2002 *apud* CÁSSIO et. al 2020). Portanto, reforça-se a importância da continuidade desta, e de novas pesquisas, visando compreender a atuação desses sujeitos e a origem de determinadas políticas e suas implicações para a educação pública.

Por fim, é possível inferir que ocorreu o avanço da privatização da política educacional no Brasil de 2019-2022, e que a GE se constituiu em um espaço estratégico para tanto. Todavia, é por meio da GE que formas contra hegemônicas de gestão e resistências aos processos privatizantes podem ser construídas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, p. 8-28, 2018.

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2022.

BALL, Stephen J.; YODELL, Deborah. **Privatización encubierta en la educación pública, Internacional de la Educación**. Bruselas, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CÁSSIO, Fernando et al. Heterarquização do Estado e a Expansão das Fronteiras da Privatização da Educação em São Paulo. **Educação & Sociedade** [online], v. 41, 2020.

LIMA, Licínio Carlos. Privatização lato sensu e impregnação empresarial na gestão da educação pública. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 129-144, jan./abr. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. Apresentação. **Gov.br**, Brasília, 22 abril 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/gabinete-do-ministro>. Acesso em 13 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Galeria de Ministros. **Gov.br**, Brasília, 23 set. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros> . Acesso em 13 nov. 2022.

PALÚ, Janete; ARBIGAUS, Joélma de Souza. **Levantamento sobre os secretários (as) estaduais de educação (2019-2022)**. Universidade Federal do Paraná, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.25525.14561/1>. Acesso em 13 nov. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo Sem Fronteiras**, v.18, n.1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

SITES CONSULTADOS

CNPQ. Plataforma Lattes. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>.

NOVA ESCOLA. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/14896/quem-sao-os-novos-secretarios-estaduais-de-educacao-em-todo-o-brasil>.

PORTAL CONSED. Secretários. Disponível em: <https://www.consed.org.br/secretarios>.